

Reconfigurações da política em Minas Gerais:*
Partidos e alianças (1945-1950)

*Reconfigurations of politics in Minas Gerais:
Parties and alliances (1945-1950)*

*Reconfiguraciones de la política en Minas Gerais:
Partidos y alianzas (1945-1950)*

Douglas Souza Angeli**

<https://orcid.org/0000-0001-6540-9358>

RESUMO: O artigo tem como objeto a reconfiguração das forças políticas em Minas Gerais com a formação dos partidos políticos nacionais, com foco nas candidaturas e alianças entre 1945 e 1950. As fontes principais são cartas e outros documentos presentes nos acervos pessoais de lideranças políticas do período. As eleições de 1945 e 1947 definem as cinco maiores forças eleitorais em Minas Gerais: PSD, UDN, PR, PTB e PTN. O estudo deste novo arranjo da política mineira permite observar o impacto dos novos marcos de competição eleitoral nas elites políticas e compreender o jogo político regional que envolve lideranças com protagonismo na política nacional.

Palavras-chave: Partidos políticos. Alianças. Minas Gerais. 1945-1950.

ABSTRACT: The article is concerned with the reconfiguration of political forces in Minas Gerais with the formation of national political parties, focusing on the candidacies and alliances from 1945

* O artigo é resultado do projeto de pesquisa “Partidos políticos e eleições em Minas Gerais no início da República Democrática (1945-1950)”, realizado no âmbito do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG – PAPq/UEMG entre 2022 e 2024. Agradeço aos bolsistas de iniciação científica Augusto Souza Tavares e Matheus Silva Milagre pela colaboração na pesquisa.

** Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência de pesquisa em temas da História Política e da História do Brasil República, com foco em eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais e trajetórias políticas, especialmente a construção do eleitor na experiência democrática e o trabalhismo (1945-1964). Bolsista de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico da FAPEMIG. E-mail de contato: douglas.angeli@uemg.br.

to 1950. The main sources are letters and other documents present in the personal collections of political leaders of that time. The elections of 1945 and 1947 define the five most important electoral forces in Minas Gerais: PSD, UDN, PR, PTB and PTN. The study of this new arrangement of Minas Gerais politics allows us to observe the impact of the new guidelines of electoral competition on political elites and to understand the regional political game which involves leaderships with prominence in national politics.

Keywords: Political parties. Alliances. Minas Gerais. 1945-1950.

RESUMEN: El objeto de este artículo es la reconfiguración de las fuerzas políticas en Minas Gerais con la formación de partidos políticos nacionales, centrándose en las candidaturas y alianzas entre 1945 y 1950. Las principales fuentes son cartas y otros documentos presentes en las colecciones personales de líderes políticos de la época. Las elecciones de 1945 y 1947 definen las cinco grandes fuerzas electorales de Minas Gerais: PSD, UDN, PR, PTB y PTN. El estudio de este nuevo ordenamiento de la política de Minas Gerais permite observar el impacto de los nuevos marcos de competición electoral en las elites políticas y comprender el juego político regional que involucra liderazgos con protagonismo en la política nacional.

Palabras clave: Partidos políticos. Alianzas. Minas Gerais. 1945-1950.

Como citar este artigo:

Angeli, Douglas Souza. “Reconfigurações da política em Minas Gerais: Partidos e alianças (1945-1950)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 2 (2024): 289-309.

Introdução

Benedito Valadares, Carlos Luz, Gustavo Capanema, Juscelino Kubitschek, Milton Campos, Virgílio de Melo Franco, Venceslau Brás, Arthur Bernardes, Pedro Aleixo... As assinaturas em correspondências que versam sobre os partidos e as eleições em Minas Gerais entre 1945 e 1950 indicam muito mais do que a política regional. Dentre estas lideranças encontram-se veteranos da Primeira República, “revolucionários” de 1930 e membros mais jovens das elites políticas formadas no regime Vargas. Exerceram protagonismo nos acontecimentos anteriores e posteriores da vida política nacional.

Na transição do regime autoritário para uma experiência democrática na qual se moldaram partidos políticos nacionais e novas condições de competição eleitoral, as forças políticas mineiras se adaptaram e se reorganizaram no quadro nacional nascente, guardando, porém, algumas especificidades. Tal cenário teve início com o anúncio de eleições presidenciais em 1945, seguido

de legislação eleitoral e de registro dos novos partidos. As eleições nacionais de 1945 e estaduais 1947 foram fundamentais no processo de reconfiguração do cenário político mineiro que impactou a política nacional, chegando às eleições de 1950. O objetivo deste artigo é compreender a reconfiguração das forças políticas em Minas Gerais no contexto de formação dos partidos políticos nacionais e de estabelecimento de uma experiência democrática.

A queda do Estado Novo foi abrandada e sua estrutura adaptada à nova configuração institucional dada pela Lei Agamenon e pela realização de eleições para presidente e constituintes em 2 de dezembro de 1945. Nesse processo, destacam-se a formação do Partido Social Democrático (PSD), retirando sua força das interventorias e bases municipais do regime, e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), absorvendo as clientelas ligadas à estrutura sindical, além da busca por controle do processo eleitoral por parte dos governantes (Souza 1990, 135). A discussão da questão eleitoral e partidária já transcorria no interior do Estado Novo desde 1942, ao passo que os agentes do regime buscavam construir os meios de um novo arranjo político que descartasse o regime autoritário sem renunciar às posições de poder por eles detidas (Gomes 2005, 186).

Embora originária de novo arranjo no âmago de um regime autoritário, a experiência de democracia iniciada em 1945 constituiu um processo de consolidação do sistema partidário-eleitoral até 1964, com efetiva ampliação da competição eleitoral e expansão do mercado político, sendo capaz de implantar clivagens políticas duradouras na sociedade brasileira (Lavareda 1991). Tratou-se de uma democracia representativa em consolidação, na qual as eleições se tornam verdadeiramente competitivas e reduz-se o controle do governo sobre os pleitos, permitindo às oposições a conquista de mais espaços (Gomes e Ferreira 2018).

No estudo da política é importante conhecer o universo das tomadas de posição que concorrem dentro do campo político, onde os profissionais da política estão em competição, perspectiva que implica em examinar suas ações de modo relacional: há uma espécie de jogo político no qual buscam prever as tomadas de posição dos concorrentes e determinar as suas próprias (Bourdieu 2012). Dentro dessa perspectiva analítica, as fontes principais do artigo são cartas e outros documentos de arquivos pessoais das lideranças políticas. Se, por um lado, é preciso afastar a “ilusão de verdade” conforme enfatizado por Angela de Castro Gomes (1998), por outro, tais fontes, problematizadas e associadas a outros tipos de documentos, permitem apreender movimentos importantes do jogo político.

Orlando Carvalho (2010) traçou um panorama dos partidos políticos em Minas Gerais, apresentando um quadro da força eleitoral de cada sigla de 1945 a 1954, onde, somando-se a votação de PSD, PTB, PR e UDN, chega-se a mais de 85% dos votos nas eleições municipais e estaduais e a mais de 90% dos votos nas eleições federais, demonstrando que apesar da formação

de 15 siglas, a preferência eleitoral estava concentrada nesses quatro partidos (Carvalho 2010). Considerando as eleições para deputados federais em 1945 e 1950, observamos a seguinte evolução das forças eleitorais mineiras:

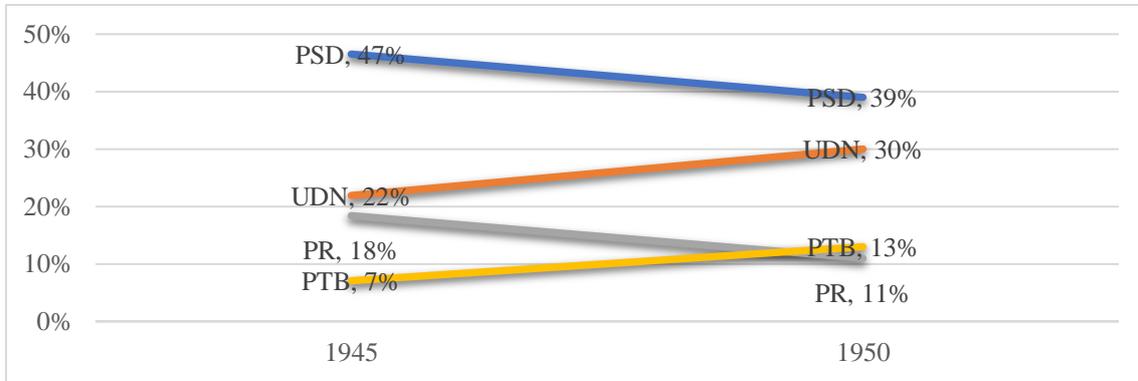


Gráfico 1 — Votação dos quatro principais partidos para deputados federais em Minas Gerais (1945/1950)
Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Atas de resultados eleitorais, 1945 e 1950 (Centro de Memória do TRE-MG).

Seguindo a lógica que orientou a formação do PSD nacional, coube ao interventor Benedito Valadares a formação do partido em Minas Gerais. Enquanto força governista, obteve ampla vantagem em 1945, como se observa no gráfico 1, reduzindo sua diferença em relação à União Democrática Nacional (UDN) em 1950. Já o Partido Republicano (PR), liderado pelo ex-presidente Arthur Bernardes, perde fôlego de 1945 a 1950, sendo ultrapassado a pouca distância pelo PTB. Somente em 1947 seriam realizadas eleições para governador e deputados estaduais. A votação para a assembleia legislativa indica movimentos semelhantes no quadro de forças eleitorais:

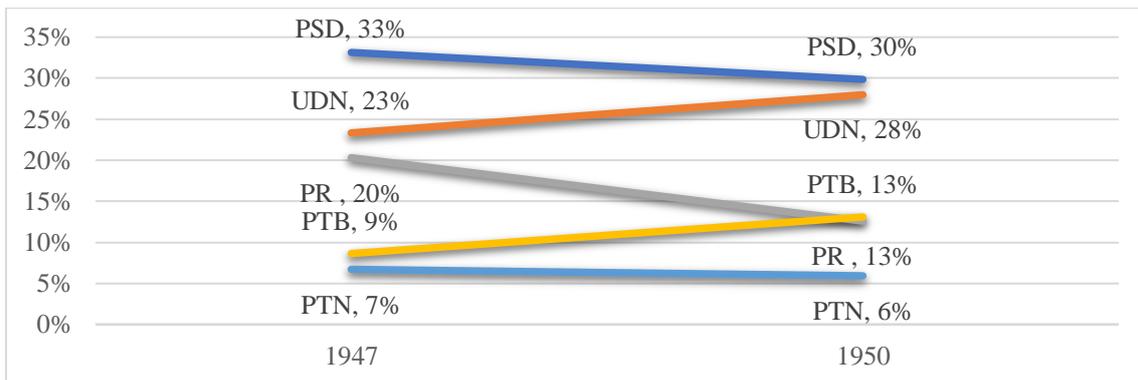


Gráfico 2 — Votação dos cinco maiores partidos para deputados estaduais em Minas Gerais (1947/1950)
Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Atas de resultados eleitorais, 1945 e 1950 (Centro de Memória do TRE-MG).

A UDN se aproxima da força eleitoral do PSD entre as eleições estaduais de 1947 e 1950 por razões que serão expostas neste artigo. Observa-se a evolução do PR e do PTB de forma similar ao ocorrido nas eleições para deputados federais. A novidade é o Partido Trabalhista Nacional (PTN), oriundo de dissidência no PTB. Assim, as eleições nacionais de 1945 e estaduais de 1947 definem as cinco maiores forças eleitorais em Minas Gerais: PSD, UDN, PR, PTB e PTN.

Iniciando pelas oposições ao Estado Novo, a primeira seção do artigo trata do papel de Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo na formação da UDN, tensionada pela formação do PR de Arthur Bernardes – tema da segunda seção. Na terceira, a formação do PTB e do PTN, partidos que foram minoritários no período e na quarta seção a evolução do dissenso no PSD de Benedito Valadares, que culmina no apoio da dissidência de Melo Viana e Carlos Luz à candidatura da UDN. Na última, a aproximação do PR com o PSD nas eleições de 1950. Longe de esgotar o tema em todas as suas variáveis, o artigo busca compreender os principais movimentos e alianças que formam o quadro das maiores forças partidárias em Minas Gerais de 1945 a 1950.

UDN: Os mineiros do manifesto

Vivendo sob o regime autoritário do Estado Novo, as oposições estavam sufocadas pela censura e pela repressão quando, em outubro de 1943, o chamado “Manifesto dos Mineiros” buscou romper o silêncio. Assinado por intelectuais e políticos oriundos de Minas Gerais, o manifesto era cauteloso e defendia o retorno da democracia dentro de princípios liberais, citando as tradições políticas mineiras como demonstração de que a liberdade de opinião e o governo constitucional seriam aspirações naturais dos brasileiros (Skidmore 2012, 82).

Entre os principais responsáveis pela elaboração do manifesto estavam Virgílio de Melo Franco (1897-1948) e Pedro Aleixo (1901-1975). Como outros mineiros do manifesto, foram fundamentais na fundação da União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Além dos princípios liberais, estava em jogo o protagonismo das lideranças mineiras diante do vislumbre da abertura política. Recordando as palavras de Benevides (1981, 19),

A motivação política mais profunda para a elaboração do Manifesto apresenta um aspecto mais realista, senão oportunista, embora no discreto estilo das artes mineiras: tratava-se de recuperar a iniciativa política em face das pretensões democratizantes de Getúlio Vargas, cujas posições teriam começado a mudar com as perspectivas da vitória dos Aliados contra o Eixo.

Quase todas as lideranças do manifesto se enquadravam entre aquelas que apoiaram a Revolução de 1930, mas com o tempo foram alijadas ou se afastaram, resultando em certa renovação geracional das elites políticas no regime Vargas entre 1932 e 1937 (Camargo 1980). Quando o regime começou a dar sinais de esgotamento, entre 1944 e 1945, muitos retomaram seu protagonismo nos movimentos de oposição. É o caso Virgílio de Melo Franco, que foi deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e participou ativamente da Revolução de 1930. Preterido para o cargo de interventor após a morte de Olegário Maciel (1855-1933), Virgílio começou a aderir à oposição a Vargas e seria um dos articuladores da UDN e principal responsável pela campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 (Ferro 2015).

O lançamento da candidatura de Eduardo Gomes em fins de 1944 acelerou a abertura já prevista internamente pelo regime, evidenciando a perda de uma das condições básicas para a sua

continuidade: a inibição das oposições (Gomes 2005, 276). Na mobilização pela candidatura, nasceu a UDN, primeiro como movimento e depois como partido. Segundo David Fleischer (1981) e Maria Victória Benevides (1981), entre os grupos presentes na formação da UDN estavam políticos das oligarquias pré-1930, como o ex-presidente Arthur Bernardes (1875-1955), e alguns de seus então inimigos, como Eduardo Gomes, além de dissidentes dos golpes de 1930 ou 1937, como Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo.

Pedro Aleixo havia sido o último presidente da Câmara dos Deputados, fechada com o golpe do Estado Novo em 1937. Começou sua carreira política como vereador em Belo Horizonte no fim da Primeira República, sendo eleito deputado federal nas eleições de 1933 pelo Partido Progressista (PP) de Olegário Maciel (Kornis s/d). Sua correspondência com Virgílio de Melo Franco revela aspectos da campanha presidencial da UDN, mas também da reconfiguração da política em Minas Gerais.

A falta de coesão da UDN incomodava Virgílio: “Nada conseguiremos fazer de verdadeiramente digno enquanto formos divididos por elementos que não são movidos por uma parcela, por mínima que seja, de verdade moral ou de pulso moral”. A razão da contrariedade de Virgílio se deixa perceber na sequência da carta, quando trata da situação em Minas Gerais, pois considerava conveniente, para organização da UDN, que Aleixo se precavesse para garantir “a influência de elementos mais progressistas do que os que constituem os quadros bernardistas”.¹ A presença do grupo político do ex-presidente Arthur Bernardes, na ótica de Virgílio, causava dissenso e pintava a UDN em cores mais conservadoras do que o desejado.

A proposta de Virgílio a Aleixo consistia em equilibrar nos diretórios locais a presença de lideranças ligadas a Arthur Bernardes e as novas adesões que se somavam ao partido de oposição. A comissão executiva estadual deveria ser composta por elementos de ambos os lados e a presidência da UDN mineira deveria ser rotativa, cabendo o primeiro período a Bernardes. Porém, considerava fundamental a coesão no apoio à candidatura de Eduardo Gomes, desfazendo as pretensões do ex-presidente: “Encerrar por completo todo o extemporâneo e ridículo movimento do ‘queremos Bernardes’ cujos calamitosos efeitos já se fizeram sentir a maneira mais pernicioso para a campanha”.²

A segunda carta de Virgílio de Melo Franco encontrada no acervo de Pedro Aleixo data do início de setembro, já sob efeito das mobilizações populares dos queremistas em agosto de 1945, ameaçando a candidatura oficial de Eurico Dutra pelo PSD e clamando pela candidatura de Getúlio

¹ Arquivo Público Mineiro [APM]. PA. Série 3.1, caixa 01, OC 01. Carta de Virgílio de Melo Franco a Pedro Aleixo, 22/05/1945.

² Arquivo Público Mineiro [APM]. PA. Série 3.1, caixa 01, OC 01. Carta de Virgílio de Melo Franco a Pedro Aleixo, 22/05/1945.

Vargas, enquanto os comunistas, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, defendiam a realização da “constituente com Getúlio”. Os grandes comícios queremistas e a possibilidade de Vargas afastar-se do cargo para concorrer inquietou as oposições até o início de setembro, quando esta hipótese foi descartada (Ferreira 2005, 47). Desvanecida a “nuvem de fumaça que a dupla Prestes-Getúlio espalhou”, nas palavras de Virgílio, tornava-se cada vez mais importante fortalecer a UDN em Minas Gerais multiplicando os diretórios locais.³

Para Virgílio, não estava em jogo somente a mobilização para eleição de Eduardo Gomes. A campanha do brigadeiro era um meio de estruturar a UDN em Minas Gerais e pensar no futuro. Nos embates eleitorais vindouros, dizia não haver lugar para ele e apostava na figura de Aleixo, incentivando-o a abdicar da ideia de não concorrer a deputado federal: “Seu talento e o seu airoso estilo de orador, eloquente e ágil, reservam-lhe um grande e merecido papel nos futuros acontecimentos”. Concluía afirmando que Aleixo, Milton Campos e Magalhães Pinto ainda tinha muito a fazer por Minas Gerais e pelo Brasil.⁴ Entre os nomes citados, Milton Campos seria eleito governador em 1947 e Magalhães Pinto em 1960. Aleixo concorreria a deputado estadual pela UDN em 1947, sendo o mais votado da sigla. Para Virgílio, restaria a amargura da derrota de Eduardo Gomes nas eleições de 1945, salientada na carta após os resultados: “Neste decepcionante dia de Natal, ninguém se sente mais derrotado no Brasil do que eu”.⁵

No ano seguinte, Virgílio de Melo Franco se oporia à participação da UDN no governo de Eurico Dutra, retirando-se da secretaria geral do partido e dedicando-se à política estadual em Minas Gerais. Sendo cotado para concorrer ao governo do Estado, optou pelo apoio à candidatura de Milton Campos (Ferro 2015, 120-121). Um último aspecto da carta de Natal enviada para Pedro Aleixo merece ser destacado: para Virgílio, a divisão entre as oposições favoreceu a vitória de Dutra sobre Gomes. E apontava um culpado: “Dessa divisão o maior responsável é o Dr. Arthur Bernardes”.⁶

PR: O peso do passado e a inversão de posições

Na biografia de Getúlio Vargas, John Dulles (1967, 280) cita descompasso entre Arthur Bernardes e Pedro Aleixo na definição de quem presidiria a convenção da UDN, distinção que os delegados preferiram destinar a Aleixo. Além disso, o apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes não era entendido como um caminho natural para Bernardes pois, como aponta Benevides (1981, 31), tratava-se de um “carcomido” apoiando um “tenente”. No contexto do governo

³ APM. PA. Série 3.1, caixa 01, OC 01. Carta de Virgílio de Melo Franco a Pedro Aleixo, 09/09/1945.

⁴ Idem.

⁵ APM. PA. Série 3.1, caixa 01, OC 01. Carta de Virgílio de Melo Franco a Pedro Aleixo, 25/12/1945.

⁶ Idem.

provisório de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1934, o embate de forças entre o grupo político-militar que prescrevia medidas centralizadoras e intervencionistas e o grupo formado por políticos dissidentes ou oposicionistas levou estes termos ao vocabulário político, sendo “tenentes” os jovens militares que apoiaram Vargas e “carcomidos” os políticos derrotados em 1930 (Pandolfi 2020, 15-16).

Durante o levante paulista de 1924, Eduardo Gomes foi protagonista de uma tentativa de levar a revolta à capital da República, decolando de São Paulo em pequeno avião contendo milhares de cópias de um manifesto e uma bomba a ser lançada no Palácio do Catete, sede da presidência. O avião teve dificuldades mecânicas e foi obrigado a pousar antes de chegar ao Rio de Janeiro (Dulles 1967, 37). O presidente da República era Bernardes, que em 1945, somando-se, após certa relutância, à candidatura do brigadeiro, afirmou não conhecer Eduardo Gomes, rememorou o episódio do avião e, por fim, capitulou: “Se ele, entretanto, tem as qualidades que todos lhe atribuem, não há outro motivo para que não seja o meu candidato à direção do país” (Benevides 1981, 31).

Não tardou para que Bernardes se desvinculasse da UDN para formar sua própria sigla, o Partido Republicano (PR), buscando resgatar o capital político do velho PRM. Porém, as razões do caminho próprio do PR não se encontram apenas na disputa por espaço na nascente UDN, mas também no sentido da liderança de Bernardes e do papel por ele pretendido. Ao ex-presidente não cabia o papel de coadjuvante na política mineira e, por conseguinte, não seria vantajoso, compondo a UDN, trilhar a senda de sacrifícios da oposição à máquina política do governo – ao menos não seria o tempo todo. Se no primeiro momento a aliança com a UDN foi o caminho adotado pelo PR, em 1950 a sigla já se apresenta formando aliança com o PSD de Benedito Valadares.

Em março de 1945, a imprensa da capital da República repercutiu as tentativas de Valadares de entrar em acordo com as lideranças do antigo PRM, o que foi rejeitado. Só então Valadares anunciou a fundação do Partido Social Democrático (PSD).⁷ Em fins de março de 1945, o interventor de Minas Gerais ordenou aos prefeitos nomeados que se reunissem em Belo Horizonte, acompanhados de 5 a 10 pessoas de influência em cada município. Em 8 de abril foi lavrada a ata de fundação do partido, com 5.400 pessoas assinando. Conforme Orlando Carvalho (2010, 16), tratava-se do “núcleo dos principais chefes políticos locais, muitos dos quais vieram à capital para observar os acontecimentos e não se sentiram obrigados a manter os compromissos decorrentes de suas assinaturas nas atas inaugurais do novo partido”.

⁷ Biblioteca Nacional Digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20/03/1945; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22, 23 e 24/03/1945.

Benedito Valadares Ribeiro (1892-1973) começou sua carreira política em Pará de Minas, assumindo a prefeitura na Revolução de 1930 e alçado a deputado federal pelas mãos de Olegário Maciel. Conforme John Wirth (1982) o equilíbrio de forças em Minas Gerais mudou com a morte de Olegário. Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema apareciam como as principais opções para o cargo de interventor. Nenhum deles interessava a Vargas, pois a nomeação de Virgílio fortaleceria as aspirações presidenciais de seu aliado Oswaldo Aranha, que se opunha ao governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que por sua vez preferia Capanema. Wirth (1982, 171) salienta: “O coelho na cartola de Getúlio foi um obscuro e jovem político do Oeste de Minas chamado Benedito Valadares. [...] Valadares era um cliente de Vargas”.

Embora não seja o único fator a ser considerado, a aliança do PR com o PSD certamente cumpre um papel na alteração do cenário eleitoral se contraposta a eleição para governador de 1950 com a de 1947:

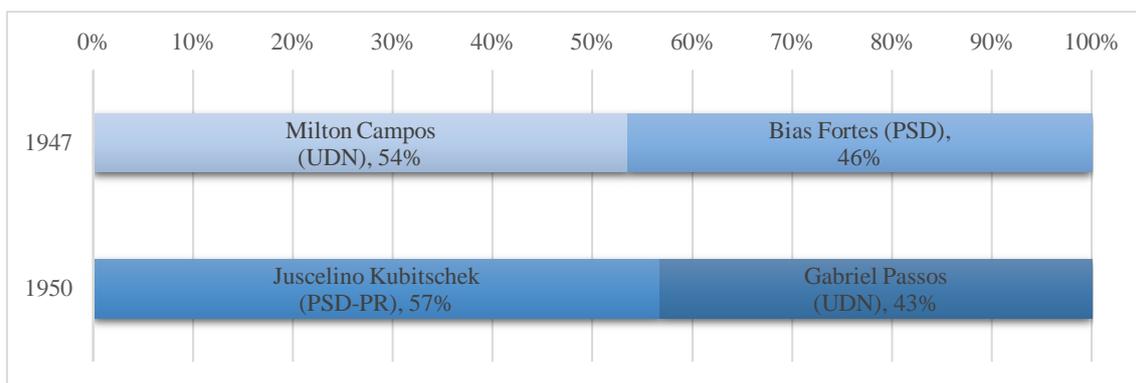


Gráfico 3 — Eleições para o governo de Minas Gerais (1947/1950)

Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Atas de resultados eleitorais, 1947 e 1950 (Centro de Memória do TRE-MG).

Não há incoerência na aliança entre o PR de Bernardes e o PSD de Valadares se pensarmos na tradição situacionista do velho PRM durante a Primeira República e na vocação do PSD para ser o partido governista - quebrada pela eleição de Milton Campos em 1947 muito mais pela divisão do próprio PSD do que pela força da UDN em si. Na oposição, o PR estava com sinal invertido, apesar de ter sido esta sua posição entre 1932 e 1937 quando as forças governistas se organizaram no Partido Progressista (PP). A partir de 1950, o PR exerceria o papel de fiel da balança na política mineira como salientado por Benevides (1981, 31) e Fleischer (1981, 114). Em 1950, Juscelino Kubitschek seria eleito governador de Minas Gerais pelo PSD em aliança com o PR, que elege Arthur Bernardes Filho para a vaga ao Senado.

PTB: Lobos e cordeiros

A história do PTB mineiro entre 1945 e 1947 está marcada pelo embate entre a ala sindicalista, fundadora da seção estadual, e o grupo liderado por Otacílio Negrão de Lima (1897-

1960), que foi deputado constituinte estadual eleito em 1934 e prefeito de Belo Horizonte entre 1935 e 1938 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil s/d). Ministro do Trabalho no governo Dutra, foi declarado presidente de honra do PTB mineiro. Conforme Maria Celina D'Araújo (1996, 38):

As relações de Negrão com o partido deterioraram-se rapidamente, e sua atuação no Congresso Sindical de setembro de 1946 foi a gota d'água para consumir sua queda. O Congresso foi iniciativa do próprio ministério e [...] o que o movimento pretendia com essa reunião era uma definição do movimento sindical a favor de Dutra. O Congresso acabou se dividindo, contrapondo-se os ministerialistas aos comunistas e trabalhistas hostis ao ministro.

Negrão de Lima saiu do Ministério ainda em setembro de 1946, logo ocorrendo o processo de expulsão do PTB mineiro a pedido do presidente da seção local, Ilacir Pereira Lima, que o acusava de querer apoderar-se da sigla (D'Araújo 1996, 40). Carta do Diretório Municipal do PTB em Mar de Espanha evidencia a tensão causada pelo ingresso de lideranças ligadas a Otacílio Negrão de Lima e ao PSD no partido: seriam “lobos em pele de cordeiros”.⁸

As divergências internas marcam a história do PTB mineiro desde a origem, e nisso a sigla não se distingue do cenário encontrado em outros estados, especialmente no caso de São Paulo estudado por Benevides (1989). No momento das reuniões preparatórias para a criação de um partido trabalhista em Minas Gerais, em 1945, ocorreu uma cisão. Ilacir Pereira Lima e Sinval Siqueira se retiraram e fundaram a Aliança Trabalhista de Minas Gerais. Fundada em 14 de abril de 1945, seria um partido estadual, mas como a lei eleitoral obrigou a formação de partidos nacionais, em agosto a convenção estadual homologou a transformação da Aliança em seção estadual do PTB.⁹

No diretório nacional do PTB constavam os nomes do jornalista Sinval Siqueira, representando Minas Gerais, e de Ilacir Pereira Lima representando os trabalhadores da Fiação e Tecelagem, sendo este o primeiro presidente do PTB mineiro.¹⁰ Ilacir Pereira Lima (1915-1974) foi operário da Indústria Têxtil, gravador na Companhia Industrial Belo Horizonte S.A. e presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais (1942-1952). Pelo PTB, seria eleito deputado estadual em 1947 e 1950, e deputado federal em 1955 (Câmara dos Deputados s/d; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil s/d).

Quando se aproximou do PTB, Otacílio Negrão de Lima coordenou o apoio da sigla à candidatura de Eurico Dutra, apesar da decisão dos diretórios estadual e nacional de manter neutralidade, o que desagradou a ala sindicalista liderada por Ilacir Pereira Lima. Logo após os resultados de 1945, a comissão estadual chefiada por Ilacir começou a ser questionada e a executiva

⁸ CPDOC/FGV. GV c 1946.06.15/3 Carta do Diretório Municipal do PTB (Minas Gerais - Mar de Espanha).

⁹ CPDOC/FGV GV c 1946.01.00/16 Relatório do Diretório Estadual do PTB (MG).

¹⁰ CPDOC/FGV. GV c 1945.00.00/10 Documentos relativos ao PTB.

a ser dominada por Negrão de Lima.¹¹ Relatório assinado por Ilacir destaca as tensões com a ala ligada ao ministro do Trabalho: “Houve reorganizações em vários diretórios do interior, fazendo-se injunções para que em vários deles aparecessem como dirigentes não os homens de mãos calejadas ou os trabalhadores honestos que lutam ligados às massas, mas homens divorciados da causa”.¹²

Documento assinado pelo secretário do PTB mineiro, Nelson Cunha, critica o grupo de Otacílio Negrão de Lima e afirma que ele e Ilacir se levantaram “contra o golpe de Negrão de Lima, defendendo o PTB do completo aniquilamento”.¹³ Com vistas à organização do PTB para as eleições de 1947, Getúlio Vargas acabou atuando para fortalecer a ala sindicalista que disputava o poder com os dutristas ligados a Negrão de Lima. Foi entregue ao PTB mineiro uma mensagem de Vargas aos trabalhadores que trazia o seguinte teor:

No momento em que agradeço o sufrágio do meu nome nas urnas como prova da confiança com que sempre me distinguiram, quero dizer aos trabalhadores e ao povo de Minas que o Brasil deposita a sua confiança no Partido Trabalhista Brasileiro, mas, para que seja executado seu programa, é indispensável à união de todos os que apreciam, aceitam e praticam o trabalho como alavanca propulsora do progresso da Nação. [...] Os mineiros terão no PTB uma sólida agremiação de massas construindo o seu próprio futuro, participando de uma moderna formação política e da reforma social necessária para conduzir o Brasil a mais amplos e gloriosos destinos.¹⁴

Em dezembro de 1946 o Tribunal Superior Eleitoral deu vitória ao grupo de Ilacir Pereira Lima, confirmando-se o registro dos candidatos aprovados na convenção estadual do PTB.¹⁵ Nas eleições de 1947, os petebistas apoiaram a candidatura de Bias Fortes (PSD) e Negrão de Lima foi eleito deputado estadual pelo PTN, partido para o qual seu grupo migrou após a expulsão do PTB e que apoiou a eleição de Milton Campos (UDN).¹⁶

PSD versus PSD

Relatório incluso no acervo de Getúlio Vargas evidencia a divisão do PSD em Minas Gerais logo no início do governo de Eurico Dutra. Segundo o documento, não assinado, o PSD mineiro estava dividido em dois blocos, um apoiando Benedito Valadares, outro o senador Melo Viana, sendo que este último gozava das “boas graças” do presidente da República. Fernando de Melo Viana (1878-1954) havia sido presidente de Minas Gerais eleito em 1924 e vice-presidente da República em 1926. Abrindo dissidência com o PRM na campanha da Aliança Liberal e apoiando Júlio Prestes, acabou indo para o exílio após 1930, mas em 1945 optou pelo PSD pelo qual foi eleito senador e presidente da Assembleia Constituinte (Farias s/d). Ainda segundo o relatório, a

¹¹ CPDOC/FGV. GV c 1946.01.00/16 Relatório do Diretório Estadual do PTB (MG).

¹² Idem.

¹³ CPDOC/FGV. GV c 1946.12.06/3 Documentos relativos à participação do PTB.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ CPDOC/FGV. GV c 1946.12.06/3 Documentos relativos à participação do PTB.

facção liderada por Melo Viana estava procurando se aproximar do grupo ligado a Pedro Aleixo, da UDN.¹⁷

Ernani do Amaral Peixoto, por seu turno, enviava esse tipo de informação para Getúlio Vargas, que mesmo isolado em São Borja/RS não prescindia de avaliar o jogo de forças políticas em cada estado. Em janeiro de 1946, enviou carta a Vargas fornecendo tons quase dramáticos ao caso do PSD mineiro:

O Benedito faz esforços desesperados para sobreviver, mas não resistirá ao Carlos Luz. Caso fosse suficientemente desprendido faria um amigo, como o Juscelino, mas renovará os mesmos erros do passado e perderá tudo. A situação ainda não está clara porque o Carlos Luz em vez de procurar logo o apoio do PSD está tentando conquistar a UDN”.¹⁸

Este excerto da carta de Amaral Peixoto evidencia uma relação ambígua entre Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek (1902-1976), que havia sido deputado federal eleito em 1935 e prefeito de Belo Horizonte nomeado em 1940, já no Estado Novo, tendo sua ascensão pelas mãos de Valadares. Em 1945 foi eleito novamente deputado federal e aos poucos ultrapassando o ex-interventor, inclusive divergindo deste em algumas ocasiões, como quando decide concorrer ao governo de Minas pelo PSD, derrotando o preferido de Valadares, Bias Fortes em 1950 (Hippólito 2012, 159).

As eleições estaduais de 1947 podem ser inscritas no quadro geral das disputas entre getulistas e dutristas no PSD, onde Eurico Dutra buscou interferir apoiando candidatos e alianças que enfraquecessem a ala getulista no partido. Uma ala apoiava a candidatura de Carlos Luz ao governo de Minas, grupo composto, entre outros, por Melo Viana, Christiano Machado e Gustavo Capanema (Hippólito 2012, 152). Carlos Coimbra da Luz (1894-1961) iniciou sua carreira política em Leopoldina como vereador e prefeito, sendo secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas no governo de Olegário Maciel e secretário de Interior e Justiça sob Benedito Valadares. Após a queda de Vargas, foi eleito deputado federal pelo PSD e nomeado ministro da Justiça a convite do presidente Dutra (Malin s/d).

Carlos Luz emergiu como postulante a candidato pessedista para as eleições a governador, mas a comissão executiva do PSD mineiro manifestou, em documento assinado em julho de 1946, o apoio ao nome de Bias Fortes como candidato ao governo do Estado, salientando suas “altas qualidades de homem público” e “honrada tradição de seu nome”.¹⁹ José Francisco Bias Fortes (1891-1971) era filho de Crispim Jacques Bias Fortes, presidente de Minas Gerais no início da Primeira República. Foi deputado estadual pelo PRM, deputado constituinte mais votado em 1933 pelo PP e prefeito de Barbacena durante o Estado Novo (Pantoja s/d).

¹⁷ CPDOC/FGV. GV c 1946.00.00/14 Estudo sobre a situação político-partidária do Brasil.

¹⁸ CPDOC/FGV. GV c 1946.01.00/7 Carta de Ernani do Amaral Peixoto a Getúlio Vargas.

¹⁹ CPDOC/FGV. Bva 46.07.10 psd. Nota da Executiva do PSD.

Embora sua ala fosse minoritária na comissão executiva do PSD, que controlava os trâmites da convenção para escolha dos candidatos, Carlos Luz contava com apoio de diversos diretórios locais do PSD. Telegramas enviados ao interventor Júlio Carvalho, que havia sido nomeado por Eurico Dutra em agosto de 1946, evidenciam isso. Ao menos 43 diretórios municipais do PSD manifestaram preferência por Carlos Luz conforme os telegramas de agosto e setembro de 1946, a maioria oriunda de municípios pequenos, mas também de Oliveira, no Centro-oeste mineiro, e de Uberlândia no Triângulo mineiro, além dos diretórios do PR e do PTB de Nova Lima e do diretório do PR em São João de Rei.²⁰ Um dos telegramas cita o caso de Uberlândia, onde apoiadores de Bias Fortes estariam formando comitês “chefiados pelo prefeito com apoio dos comunistas”.²¹ Porém, o Partido Comunista do Brasil (PCB) acabaria declarando apoio ao candidato Milton Campos (UDN) na semana anterior ao pleito de 19 de janeiro de 1947.²²

Em 17 de outubro de 1946 Gustavo Capanema enviou telegrama a Carlos Luz sugerindo que Melo Viana e Arthur Bernardes conversarem com Eurico Dutra sobre o caso mineiro.²³ Três dias depois, lideranças políticas reuniram-se na casa de Otacílio Negrão de Lima para definir uma solução ao impasse no PSD. Desse encontro saiu um telegrama, redigido por Gustavo Capanema, dirigido ao ex-presidente Venceslau Brás (1868-1966) e o indicando como candidato à sucessão em nome do PSD e do PR. Conforme o esboço do telegrama, tal solução se dava em nome da “pacificação mineira”. Assinaram Benedito Valadares, Arthur Bernardes, Melo Viana, Carlos Luz, Bias Fortes e Negrão de Lima.²⁴ Portanto, os dois lados do impasse pessedista concordaram com a indicação, bem como seus principais aliados, apoiando um *tertius*.

Venceslau Brás havia sido presidente de Minas Gerais no longínquo período de 1909 a 1910, quando foi eleito vice-presidente da República na chapa de Hermes da Fonseca. Na vice-presidência, manteve-se ausente em quase todo mandato, pescando sozinho em Itajubá, atitude que lhe valeu o apelido de “o solitário de Itajubá” (Lustosa 2008, 115). Um perfil de Venceslau foi traçado por Isabel Lustosa (2008, 122):

Venceslau Brás, um dos mais jovens presidentes da República – contava com 46 anos quando tomou posse – exemplo do “bom moço da província”, não tinha se destacado até então por nenhum feito notável. “Seu Lalau, São Brás, o mineirinho”, como o chamavam os caricaturistas, era prudente, honesto, silencioso e afável, não assumindo nunca posições radicais. Essa atitude não permitia que se soubesse muito sobre seus reais intentos e dava uma impressão de ambiguidade, indefinição e falta de pulso.

²⁰ APM. SI, série 13, caixa 41, PC 05. Telegramas ao interventor Júlio Carvalho.

²¹ APM. SI, série 13, Caixa 41 PC 05. Dr. Carlos Luz – adesões.

²² Biblioteca Nacional Digital. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 17/01/1947.

²³ CPDOC/FGV. GC j 1945.12.24. Manuscrito de telegrama de Gustavo Capanema a Carlos Luz, 17/10/1946.

²⁴ CPDOC/FGV. GC j 1945.12.24. Telegrama que redigi... 20/10/1946.

Se os traços descritos acima possuem verossimilhança, não parece desproposital a indicação do quase octogenário Venceslau para resolver a disputa entre as facções do PSD mineiro no final de 1946, mesmo que transcorridas quase três décadas do fim de seu último mandato, o de presidente da República (1914-1918). Ao retornar à mansidão de Itajubá, teria afirmado que “depois de ter sido presidente da República, a nada mais deve aspirar um homem na vida pública” (Lustosa 2008, 123). Apesar disso, manuscrito de telegrama do acervo de Capanema, datado de 23 de outubro de 1946, indica o aceite de Venceslau à solução. A correspondência demonstra que até o início de dezembro o caso mineiro dava-se por solucionado.²⁵

Apesar das qualidades atribuídas a Venceslau Brás e a suposta pacificação, no momento da convenção do PSD, no início de dezembro, seu nome não foi considerado e o escolhido foi Bias Fortes em manobra liderada por Benedito Valadares. A partir desse incidente, a defesa da honra do ex-presidente mineiro passou a ser o pretexto narrativo para a dissidência que se seguiu, com a formação do “PSD Independente” e a ampliação das alianças a favor de Milton Campos.²⁶ No acervo de Pedro Aleixo consta um documento sem assinatura, possivelmente um pronunciamento, talvez algum tipo de nota pública. O interessante é o teor:

Os homens públicos que se envolveram nessa trama apreciada de perto pelos membros da comissão executiva do PSD que se retiraram da convenção que deveria homologar a candidatura do eminente brasileiro Sr. Venceslau Brás, não estarão bem com as suas consequências. [...] Seria realmente melancólico que os fatos da semana passada, conduzidos com tamanha infelicidade por alguns dos chefes ostensivos da seção do PSD em nosso Estado, não tivesse a ressonância repulsiva que estão provocando em todas as camadas da sociedade mineira.²⁷

O documento pode ser visto como vestígio de uma estratégia narrativa: o fato de Venceslau ter sido preterido causava repulsa e ressoava na sociedade mineira. Ao longo do documento, o autor se diz dirigente do PSD mineiro e já indica a possibilidade de apoio a Milton Campos, qualificado como “homem de rara elevação moral e de cultura”²⁸.

Gustavo Capanema (1900-1985) havia sido ministro da Educação no regime Vargas, mas aderido ao grupo dutrista do PSD e à dissidência em 1946. Carta de Raymundo Padilha, dirigente do Partido de Representação Popular (PRP), respondeu a Capanema sobre o apoio da sigla ao candidato da UDN. A ele, Padilha responde e menciona conversa anterior: “Expôs-me V. Excia, detalhadamente, a conjuração de que resultou o afastamento da candidatura do Dr. Venceslau Brás ao governo daquele Estado”. Confirmando a estratégia narrativa da dissidência, o dirigente do PRP atribuiu sentido à aliança: “Atitude tomada por ilustres líderes políticos no sentido de, através de uma coligação de forças democráticas, restaurar a tradição política de respeito à palavra

²⁵ CPDOC/FGV. GC j 1945.12.24 Telegramas de 2310 a 13/12 de 1946.

²⁶ CPDOC/FGV. GC j 1945.12.24 Telegramas de 12/1946.

²⁷ APM. PA série 3.1, caixa 01, PC 07. Documento sem título.

²⁸ Idem.

empenhada”.²⁹ Na carta, fica selado o acordo para incorporar o PRP à comissão interpartidária de apoio a Milton Campos, mas solicitando participação no futuro governo.³⁰

Enquanto isso, a posição do PTB no pleito de janeiro de 1947 fica evidente na mensagem enviada por Getúlio Vargas, na qual menciona o impasse e busca se distinguir dos políticos mineiros: “Debatem-se muito sobre a falta de cumprimento da palavra empenhada pelos políticos. Não sei se os políticos faltaram aos seus compromissos ou se iludiram sobre o valor dos mesmos. [...] O povo não é obrigado a manter compromissos assumidos a sua revelia”. Assim, Vargas busca diferenciar o PTB dos demais partidos, pois a sigla não teria sido consultada para os referidos acordos políticos “em troca de cargos”, e recomenda aos trabalhadores mineiros o voto em Bias Fortes.³¹

Já a resposta de Capanema a Raymundo Padilha busca qualificar o candidato udenista: “Retrucou V. Excia ser o Dr. Milton Campos um homem de bem, que tinha resolvido manter-se em posição suprapartidária e que, por isso, podia assumir o compromisso de que o PRP seria tratado em pé de igualdade com os demais partidos”.³² Milton Soares Campos (1900-1972) foi deputado constituinte e relator-geral da comissão que elaborou a Constituição Mineira de 1935. Era um dos mais nítidos exemplos dos chamados “bacharéis da UDN” no sentido dado por Jorge Chaloub (2019).

Chaloub (2019, 267) definiu alguns modelos de vínculos entre os intelectuais e o mundo jurídico, entre os quais se destaca o modelo em que os atores têm na expertise forense o elemento central para sua afirmação no campo político, como no caso dos bacharéis udenistas. Conforme o autor, “mais do que homens das leis, os bacharéis se integrariam à conhecida estirpe de homens da política, do Estado, responsáveis por aproximar os abstratos e intrincados textos legais das demandas sociais” (Chaloub 2019, 270). “Homem de rara elevação moral e cultura”, conforme expressão do documento encontrado no acervo de Pedro Aleixo, Milton Campos, cuja candidatura tendia a ser derrotada pela poderosa máquina do PSD em Minas Gerais, elegeu-se governador com a aliança formada entre a UDN dos mineiros do manifesto, o PR do “carcomido” Arthur Bernardes, o PTN do defenestrado Otacílio Negrão de Lima e da dissidência do PSD em nome da honra de Venceslau Brás e das bençãos de Eurico Dutra.

PR e PSD: Nada prometem para cumprir por metade

²⁹ APM. PA série 3.1, caixa 01, PC 02. Carta de Raymundo Padilha a Gustavo Capanema, 04/01/1947.

³⁰ APM. PA série 3.1, caixa 01, PC 02. Carta de Gustavo Capanema a Raymundo Padilha, 05/01/1947.

³¹ CPDOC/FGV. GV c 1946.00.00/29. Documentos contendo discursos e mensagens.

³² APM. PA série 3.1, caixa 01, PC 02. Carta de Gustavo Capanema a Raymundo Padilha – 05/01/1947.

As dificuldades na manutenção da aliança entre a UDN e o PR se tornam evidentes ainda no primeiro ano do governo de Milton Campos. Carta de Arthur Bernardes Filho para o governador udenista cita os casos de Ponte Nova e Leopoldina no período de alistamento para as eleições municipais que ocorreriam em 15 de novembro de 1947. Consta cópia anexa dos telegramas recebidos de José André Almeida, do PR de Ponte Nova: “A prefeitura foi entregue a meu adversário [...]. Está consumando o que previ na ocasião de adotar o PR candidatura ao Governo de Minas. Você é o fiador da situação perante a mim, sem o que outra teria sido minha atitude nas eleições”. O segundo telegrama compilado afirmava que o prefeito estava intervindo na qualificação eleitoral e fazia intensa campanha eleitoral a favor do PSD.³³

Arthur Bernardes Filho (1906-1981) começou a carreira política como secretário particular de seu pai, o presidente da República Arthur Bernardes. Como o velho Bernardes, apoiou a Revolução de 1930, mas passou para a oposição com o PRM em 1932. Somou-se aos primeiros movimentos de oposição ao Estado Novo e participou da reorganização do PRM em 1945, fundando o PR pelo qual foi eleito deputado federal. Em 1947 foi eleito senador pela aliança entre PR e UDN (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil s/d). Na correspondência com Milton Campos, Bernardes Filho indica o caso de Leopoldina como o de maior gravidade: “As reclamações que nos chegam são em termos veementes e enérgicos. [...] Não sei mais o que fazer para obter que esses casos sejam resolvidos como os demais, dentro dos estritos termos do acordo”.

Assim, a correspondência fornece um rastro para entendimento do acordo estabelecido entre o PR e a UDN nas eleições de janeiro de 1947, com mais elementos na segunda carta sobre o caso de Leopoldina, onde o prefeito acabou sendo nomeado por indicação do grupo político de Carlos Luz, contrariando, na visão de Bernardes Filho, o “espírito e a letra do documento que selou os compromissos entre os coligados e o governo”: “Ali venceu o Partido Republicano por maioria esmagadora de legendas, sendo incontestável o direito que lhe cabe de indicar um nome para prefeito”.³⁴

O acordo previa, portanto, que os prefeitos municipais fossem nomeados considerando o partido, dentre os coligados a favor de Milton Campos, que tivesse obtido o maior número de votos na localidade. Assim, não caberia à UDN a nomeação de todos os prefeitos, devendo ceder espaço para o “PSD Independente” ou para o PR, por exemplo, a depender dos resultados eleitorais nos municípios. Isso não estava ocorrendo em Leopoldina, onde Carlos Luz havia reivindicado a prefeitura a seu aliado. As cartas encontradas não tratam mais do tema, portanto não

³³ APM. ABF, caixa 05, PC 01. Cópias de telegramas a Arthur Bernardes Filho.

³⁴ APM. ABF, caixa 05, PC 01. Carta de Arthur Bernardes Filho para Milton Campos, 16/06/1947.

é possível afirmar que estes tenham sido casos isolados e logo resolvidos, tampouco considerar que esta tenha sido a razão para o afastamento entre PR e UDN. Trata-se de um vestígio.

A carta de Bernardes Filho para Milton Campos também evidencia que a decisão de apoiar a UDN não foi consensual entre os membros do PR: “Não quero, além do mais, dar razão aos que, desde o início, se colocaram contra o acordo pelo receio de que ele não resistisse à primeira prova de fogo”. E conclui com um recado eloquente ao governador udenista: “Com o curso do tempo você terá visto que os homens do PR serão sempre bons aliados porque nada prometem para cumprir pela metade”.³⁵

Não foi possível, para este artigo, examinar o governo de Milton Campos e as relações entre os partidos entre 1947 e 1950. Sabe-se que partir de 1949 as articulações políticas se voltam para a discussão de fórmulas, alianças e candidaturas para as eleições presidenciais de 1950. Pode-se dizer que, de modo geral, somente após solucionada a questão presidencial é que as candidaturas estaduais se definem. Alguns mineiros, como Bias Fortes e Carlos Luz, tiveram seus nomes veiculados e testados como candidatos a presidente nesse período. Por fim, o PSD lançou Christiano Machado como candidato situacionista a presidente, “por se tratar de mineiro de boa têmpera” como divulgado na época (Hippolito 1977, 17).

Conforme levantou Lúcia Hippolito (1977, 30) a partir de pesquisas com história oral, o PR havia apoiado a UDN nas eleições estaduais de 1947 em Minas Gerais sob a promessa de receber apoio em 1950, o que não foi cumprido pelos udenistas. Isso teria levado o PR a apoiar a candidatura presidencial de Christiano Machado (PSD) e a lançar seu candidato a vice-presidente, Altino Arantes. Já a UDN, apostando novamente na candidatura de Eduardo Gomes, candidatou, em julho de 1950, Gabriel Passos e Pedro Aleixo para os cargos de governador e vice-governador. Por sua vez, o PSD não poderia repetir os erros de 1946 e buscou realizar a indicação de seu candidato a governador para 1950 de forma cautelosa.

Na biografia de JK, Cláudio Bojunga (2001, 187) afirma que havia um acordo interno no seio do PSD: se o candidato presidencial saísse da ala dutrista, o candidato a governador seria escolhido entre os nomes da ala liderada por Benedito Valadares. Com a definição de Christiano Machado para o caso nacional, coube a ala de Valadares a indicação para o pleito estadual. Em julho de 1950 formou-se a comissão especial designada pelo PSD para escolher o candidato entre Bias Fortes e Juscelino Kubitschek. Formada por Melo Viana, Benedito Valadares, Israel Pinheiro, Euvaldo Lodi e Ovídio de Abreu, a comissão deliberou, após diversas reuniões, por realizar votação secreta para a escolha, sob a justificativa de “solucionar completamente e definitivamente o

³⁵ APM. ABF, caixa 05, PC 01. Carta de Arthur Bernardes Filho para Milton Campos, 17/06/1947.

assunto, com o que se conformaram plenamente os candidatos, comprometendo-se, ainda, a respeitar o que viesse a ser resolvido, para perfeita coesão, harmonia e fortalecimento do partido”.³⁶

Em 20 de julho de 1950 a comissão aprovou a candidatura de Juscelino Kubitschek. No acervo de Benedito Valadares encontra-se a minuta do acordo com o PR, anterior a definição do PSD por Juscelino. O documento previa alguns dispositivos importantes: o PR apoiaria o candidato a governador do PSD sendo Juscelino ou Bias Fortes; os candidatos a vice-governador e a senador seriam indicados pelo PR; as secretarias de Estado, chefia de Polícia, direção da Imprensa Oficial, administração da Caixa Econômica Estadual, Departamentos e Autarquias seriam ocupadas em partes iguais por integrantes dos dois partidos. Por fim, o documento foi assinado por Arthur Bernardes, Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, selando a aliança entre PSD e PR.³⁷

Solucionada a candidatura do PSD e do PR, faltava definir-se a situação do PTB. Coube a Juscelino garantir um acordo com Getúlio Vargas que o permitisse vencer o candidato da UDN, Gabriel Passos (1901-1962). Este era conhecido por posições nacionalistas, tendo participado do Estado Novo e se filiado à UDN por desavenças com Benedito Valadares. Havia, portanto, razões para que Juscelino temesse que Vargas apoiasse Passos na eleição mineira, mas conforme Bojunga (2001, 193-194), Vargas considerava Juscelino mais alinhado à sua plataforma e interesses políticos, sendo por fim convencido a adotar uma solução intermediária: liberar o apoio do PTB para que seus filiados escolhessem entre Passos e Kubitschek, evitando quebras de disciplina partidária. JK venceu o pleito de 1950 com 57% dos votos e a aliança elegeu também o vice-governador Clóvis Salgado e o senador Artur Bernardes Filho.³⁸

O entendimento entre PSD e PR chegou ao seu auge com a assinatura do acordo de 1950, que previa a fundição das siglas para formação de “um só e grande partido de centro” que daria sustentação ao governo em caso de vitória de Christiano Machado.³⁹ No âmbito estadual, o acordo obteve sucesso e seria repetido em 1955 na eleição de Bias Fortes tendo como vice Arthur Bernardes Filho. Em 1954 Benedito Valadares conseguiu se eleger para uma vaga ao Senado pelo PSD, cargo para o qual fora derrotado na conturbada eleição de 1947. Já Milton Campos, o virtuoso governador eleito em 1947, imporia derrota ao seu ex-aliado Arthur Bernardes Filho ao eleger-se senador pela UDN em 1958.⁴⁰ A aliança entre PSD e PTB, efetivada nacionalmente com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart a presidente e vice-presidente em 1955, só se oficializaria em Minas Gerais nas eleições de 1960.⁴¹

³⁶ CPDOC/FGV. Bva 46.07.10 psd. Registro das reuniões da comissão especial do PSD, 07/1950.

³⁷ CPDOC/FGV. Bva 46.07.10 psd. Acordo entre as seções mineiras do PSD e do PR, 07/1950.

³⁸ TRE-MG. Atas de resultados eleitorais, 1950.

³⁹ CPDOC/FGV. Bva 46.07.10 psd. Acordo entre as seções mineiras do PSD e do PR, 07/1950.

⁴⁰ TRE-MG. Atas de resultados eleitorais, 1947 / 1950 / 1954 / 1955.

⁴¹ CPDOC/FGV. Bva 46.07.10 psd. Protocolo do acordo entre PSD e PTB, 1960.

Conclusão

A reconfiguração das forças políticas mineiras teve início na esteira das campanhas presidenciais de 1945: a UDN se formou na mobilização a favor de Eduardo Gomes sob a liderança dos principais formuladores do Manifesto dos Mineiros, recebendo o apoio do PR – que sob a liderança de Arthur Bernardes buscou resgatar o capital político do velho PRM. O PSD foi organizado pelo interventor Benedito Valadares e por outros políticos ligados ao Estado Novo, aglutinando a maior parte das forças políticas situacionistas. Nas hostes trabalhistas, o PTB derivou da Aliança Trabalhista de Minas Gerais e ganhou impulso com a campanha do quererismo pela continuidade de Vargas, tendo na sequência uma cisão com o grupo de Otacílio Negrão de Lima, que por fim migrou para o PTN.

As eleições de 1945 e 1947 conformam, portanto, as cinco maiores forças eleitorais em Minas Gerais: PSD, UDN, PR, PTB e PTN, nesta ordem. O bailado, no entanto, não se dará sempre com os mesmos pares: o PR chega a adotar a solução do *tertius* no PSD, Venceslau Brás, mas define-se pelo apoio à UDN quando o grupo de Valadares impõe o nome de Bias Fortes. Descumprimento nos acordos com os udenistas levam o PR finalmente à aliança com o PSD em 1950. Mesmo extrapolando o recorte temporal deste artigo, pode-se lançar, como argumento a ser examinado em futuros trabalhos, que os acordos que se estabeleceram em 1950 deram início à consolidação de um arranjo político em Minas Gerais que valeria até o fim da década de 1950, cujo protagonismo deu-se pela aliança entre PSD e PR no embate com a UDN.

Os líderes dos partidos mineiros se encontravam em fases distintas de suas trajetórias: alguns haviam iniciado suas carreiras políticas na Primeira República, apoiaram o regime Vargas em algum momento e depois se distanciaram. A partir de 1945, buscaram uma adaptação a um cenário político que não era mais o mesmo do início da década de 1930. Outros tiveram sua ascensão no regime Vargas, ganharam projeção na passagem para o período democrático e ainda teriam longa trajetória política. Tais distinções são importantes ao se pensar a reconfiguração das forças políticas que se dá sob a pressão gerada pelas mudanças no mercado eleitoral a partir de 1945. Ademais, é impossível compreender a experiência democrática (1945-1964) sem entender a reconfiguração da política mineira, pois o novo arranjo regional teve efeitos na ascensão de lideranças que protagonizaram momentos-chave do período em diferentes posições do espectro político.

Referências:

Benevides, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

- Benevides, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- Câmara dos Deputados. s/d. “Ilacir Lima, biografia”. <https://www.camara.leg.br/deputados/130594/biografia>.
- Camargo, Aspásia. “A revolução das elites clivagens regionais e centralização política”. Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, Brasil, 1983.
- Carvalho, Orlando. “Os partidos políticos em Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 100 (2007): 11-28.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. s/d. “Otacílio Negrão de Lima” [verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-otacilio-negrao-de>.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. s/d. “Ilacir Pereira Lima” [verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-ilacir-pereira>.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. s/d. “Arthur da Silva Bernardes Filho” [Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-silva-bernardes-filho>.
- Chaloub, Jorge Gomes de Souza. “O Brasil dos bacharéis: Um discurso liberal udenista”. *Lua Nova*, n. 107 (2019): 263-304.
- D’Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Dulles, John. *Getúlio Vargas: Biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- Faria, Helena. s/d. “Fernando Melo Viana” [Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/VIANA,%20Melo.pdf>.
- Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Ferro, Flavia Salles. “Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças”. Dissertação, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- Fleischer, David. “As origens socioeconômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas”. Em *Os partidos políticos no Brasil*, v. 2, org. David Fleischer, 96-114. Brasília: UnB, 1981.
- Gomes, Angela de Castro. “Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados”. *Estudos Históricos*, 11, n. 21 (1998): 120-127.
- Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- Gomes, Angela de Castro, e Jorge Ferreira. “Brasil, 1945-1964: Uma democracia representativa em consolidação”. *Locus: Revista de História*, 24, n. 2 (2018): 251-275.
- Hippolito, Lúcia. *A campanha eleitoral de 1950*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1977.
- Hippolito, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- Kornis, Mônica. s/d. “Pedro Aleixo” [Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aleixo-pedro>.
-

Lavareda, Antonio. *A democracia nas urnas: O processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

Lustosa, Isabel. *Histórias de presidentes: A República no Catete (1897-1960)*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

Malin, Mauro. s/d. “Carlos Coimbra da Luz” [Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-coimbra-da-luz>.

Pandolfi, Dulce. “Os anos 1930: As incertezas do regime”. Em *O tempo do nacional-estatismo (O Brasil Republicano, v. 2)*, org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 11-33. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Pantoja, Sílvia. s/d. “José Francisco Bias Fortes” [Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FORTES,%20Bias%20\(Jos%C3%A9%20Francisco\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FORTES,%20Bias%20(Jos%C3%A9%20Francisco).pdf).

Skidmore, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Souza, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3 ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1990.

Wirth, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido: 19 de dezembro de 2023

Aprovado: 24 de julho de 2024